

Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

#### **CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 13/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2025 ID CIDADES/TCE-ES Nº 2025.030E0100001.09.0024.

> CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025, QUE CELEBRAM ENTRE SI O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IBIRAÇU/ES E INOVACAO COMPUTACAO MOVEL LTDA.

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE IBIRAÇU/ES, Autarquia Municipal, Reestruturada pela Lei Municipal nº 2.634 de 21 de dezembro de 2005 inscrita no CNPJ sob o nº 27.728.211/0001-00, com sua sede localizada na Rua Daniel Comboni, 155, Centro, Ibiraçu, Estado do Espírito Santo, CEP 29670-000, neste ato representado por seu Diretor Executivo Senhor Aloir Piol, inscrito no CPF sob o nº 915.837.137-00, Portador da Carteira de Identidade n. 769113 SPTC/ES, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa INOVACAO COMPUTACAO MOVEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.225.153/0001-98, com sede na Avenida Paraná, 1.348, 5º andar, Bairro Sidil, Divinópolis/MG, CEP.: 35501-660, adiante designada contratada, neste ato representado por Lander Aparecido dos Santos Ferreira, inscrito no CPF sob o n. 005.907.996-73, portador da C.I. n. M-3.837.726, residente e domiciliado na Rua Mestre Antônio dos Santos, 350, Bairro Esplanada, Divinópolis/MG, CEP.: 35.501-025, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 194/2025, Dispensa de Licitação n. 38/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para fornecimento de software/sistema de arrecadação para facilitação de pagamento exclusivo na modalidade PIX via QR Code, incluso o fornecimento de infraestrutura de dados e serviço de integração com o sistema comercial utilizado pelo SAAE para baixa automática das faturas pagas, incluindo os serviços assistência técnica e treinamento.
- 1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência junto com o Estudo Técnico Preliminar; a proposta da Contratada, a Autorização de Contratação Direta e demais documentos que integram os autos do processo n. 194/2025.

# 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura dopresente termo, prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
- 2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para aAdministração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

# 3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O sistema deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

#### 3.1 Geração de QR Code e Padrão de Pagamento

3.1.1 O sistema deverá conter meio de pagamento, destinado exclusivamente para o pagamento de serviços públicos prestados diretamente pelo poder público ou sob regime jurídico de outorga, concessão, permissão ou autorização, por



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

disposição legal (art. 2º, I, "c", Resolução BCB nº 150, 06 de outubro de 2021);

#### 3.2 Infraestrutura e Acessibilidade

- 3.2.1 O sistema deverá ser 100% Web, responsivo, compatível com os principais navegadores (Chrome, Safari, Firefox, Edge) e sistemas operacionais (Windows, Linux, macOS, Android, iOS).
- 3.2.2 A interface deverá estar em conformidade com os padrões de acessibilidade digital (WCAG 2.1, nível AA).
- 3.2.3 A solução deverá incluir modo escuro (dark mode) e redimensionamento automático.
- 3.2.4 Não deverá haver necessidade de instalação de aplicativos ou plug-ins.

#### 3.3 Autenticação e Segurança

- 3.3.1 O acesso deverá ocorrer por login com e-mail, CNPJ e senha, com opção de autenticação em dois fatores.
- 3.3.2 O sistema deverá contar com controle de acesso baseado em perfis.
- 3.3.3 Deverá haver criptografia de dados em trânsito e em repouso (TLS 1.2+, AES-256).
- 3.3.4 Todos os acessos e operações deverão ser auditáveis com registros contendo data/hora, usuário e ação executada.

#### 3.4 Disponibilidade e Manutenção

- 3.4.1 A solução deverá operar 24h por dia, 7 dias por semana, com disponibilidade mínima de 99,5% mensal.
- 3.4.2 Manutenções corretivas, legais e evolutivas deverão ser realizadas sem necessidade de reinstalação.
- 3.4.3 A CONTRATADA deverá prover hospedagem em nuvem e gestão da base de dados, com backup e redundância.

#### 3.5 Abertura de Conta e Criação da Chave PIX

3.5.1 O sistema deverá possuir o recurso de criação de conta para a empresa contratante, onde deverá ser solicitado toda documentação da empresa e dados do responsável pela conta e encaminhado para abertura. Após a aprovação da



#### Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

conta e a mesma ser aberta, deve ser gerado os seguintes dados para consulta:

- 3.5.1.1 Nome da empresa; 3.5.1.2 CNPJ; 3.5.1.3 Agência e Conta; 3.5.1.4 Chave Pix para retirada; 3.5.1.5 Deverá ser gerado a chave PIX qual será vinculada ao sistema de gestão da empresa contratante. Esta chave ficará à disposição para cópia e consulta junto ao sistema em campo próprio de fácil acesso, pois será baseado nela que os QR CODES serão gerados pela aplicação da contratante. 3.5.2 Sistema deverá possuir configurações pertinentes a conta com as seguintes movimentações: 3.5.2.1 Nome e e-mail do responsável;
- 3.5.2.2 Tipo de cobrança da tarifa, sendo opção automática e manual.
- 3.5.2.3 Tipo de integração, sendo opção de ser via arquivo, API ou outra forma que o contratante definir.
- 3.5.2.4 Tipo de Geração do Arquivo, sendo opção de geração de arquivo unificado ou por data de recebimento.
- 3.5.2.5 Número de retiradas isentas mensais.
- 3.5.2.6 Valor de tarifa de retirada, quando houver.
- 3.5.2.7 Valor de tarifa de Recebimento.
- 3.5.2.8 Tipo de código de barras do arquivo.
- 3.5.2.9 Código do arquivo Febraban.
- 3.5.2.10 Código do arquivo do banco.
- 3.5.2.11 Configuração de retirada automática, sendo opção quantos dias será feito a retirada e o horário.
- 3.5.2.12 Campo de observação do sistema, onde poderá ser feito algum tipo de observação.

#### 3.6 Documentos Financeiros Elegíveis

3.6.1 A solução deverá permitir a emissão de QR Code para:



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

- 3.6.1.1 Documentos gerados pelo sistema comercial e sistemas externos (mobilidade, totens, etc.);
- 3.6.1.2 Documentos vencidos e vincendos;
- 3.6.1.3 Guias diversas ou faturas;
- 3.6.1.4 Validação de emissor, critérios de cobrança, encargos e duplicidade.
- 3.6.1.5 Deve ser permitido o pagamento unificado ou individual de documentos financeiros via QR Code.

#### 3.7 Monitoramento e Auditoria

- 3.7.1 A solução deverá permitir o monitoramento em tempo real das transações e saldo na tela inicial.
- 3.7.2 Deve possuir recurso de extrato com as seguintes consultas: Na tela de extrato, deverá possuir uma pré-visualização das transações, onde deve possuir dados de protocolo, data da transação, descrição, valor.
- 3.7.3 Deve possuir uma tela de ações, onde poderá ser feita uma consulta mais detalhada da transação de RECEBIMENTO, com dados de: Valor, data do lançamento, Pagador, documento, instituição, data e hora, ID Pix e identificador.
- 3.7.4 Deve possuir uma tela de ações, onde poderá ser feita uma consulta mais detalhada da transação de RETIRADA, com dados de: Valor, data do lançamento, recebedor, documento, data e hora.
- 3.7.5 Deverá possuir emissão do Relatório de extrato que deve conter dados de data, lançamento e valor. Possuir um resumo diário e totalizador geral, onde poderá ser identificado os recebimentos, saques e valores de tarifas de forma separada e estar disponíveis em PDF.
- 3.7.6 Aplicação deve oferecer Dashboard com dados financeiros dos meses de operação, com dados de recebimentos e retiradas. Dados com visualização em tela e podendo ser feito o download em formatos SVG, PNG e CSV.
- 3.7.7 As operações deverão ser auditadas e acessíveis a gestores cadastrados.
- 3.7.8 A CONTRATADA deverá implementar mecanismos de notificação de



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

falhas, com SLA de resposta.

#### 3.8 Transferência de Recebíveis

- 3.8.1 Os créditos liquidados deverão estar disponíveis em tempo real para transferência manual ou automática para conta bancária da CONTRATANTE, sem custo adicional.
- 3.8.2 A chave PIX cadastrada deverá ser validada como pertencente à CONTRATANTE.
- 6.9.3 A aplicação deve oferecer recurso para limite de saques diários, estes sendo configurações em limites diurnos e noturnos com requisitos de segurança.

### 3.9 Integração e Comunicação com o Sistema Comercial

- 3.9.1 A solução deverá dispor de APIs RESTful seguras e webhooks (em formato JSON) para integração em tempo real com o sistema comercial da CONTRATANTE.
- 3.9.2 Serão gerados arquivos no padrão FEBRABAN CNAB 240/400 para conciliação.
- 3.9.3 Deverá haver controle de abertura, movimentação e fechamento automático dos recebíveis diários (00:00 23:59).
- 3.9.4 Possibilitar geração manual de arquivos de baixa de documentos não liquidados, sem redundância.

#### 3.10 Fluxograma Funcional.

- 3.10.1 Fluxograma geração chave e QRCODE para pagamento PIX:
- 3.10.2 Geração Chave PIX => Envio de dados ao sistema comercial => emissão da fatura com QR CODE PIX => entrega ao consumidor.

#### 3.11 Fluxograma de pagamento PIX e Recebimento de valores:

3.11.1 Consumidor => Leitura QR Code => App Bancário => PIX => Crédito => Sistema de Recebimentos => Integração (API) ou Arquivo => Sistema Comercial => Baixa.

#### 3.12 Participação no Arranjo PIX

3.12.1 Comprovação mediante a apresentação de contrato ou acordo comercial



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

firmado com a Instituição Financeira, devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil – BACEN que seja participante da Rede PIX na modalidade de participante direto. A contratada deve assumir integral responsabilidade pelas operações.

- 3.12.2 A CONTRATANTE deverá fornecer a documentação necessária para abertura da conta de pagamento junto à instituição financeira.
- 3.12.3 Os créditos liquidados deverão ser transferidos automaticamente para conta bancária da CONTRATANTE, com mesmo CNPJ.

#### 3.13 Disponibilidade e Manutenção

- 3.13.1 A solução deverá operar 24h por dia, 7 dias por semana, com disponibilidade mínima de 99,5% mensal.
- 3.13.2 Manutenções corretivas, legais e evolutivas deverão ser realizadas sem necessidade de reinstalação.
- 3.13.3 A CONTRATADA deverá prover hospedagem em nuvem e gestão da base de dados, com backup e redundância.

#### 3.14 LGPD e Proteção de Dados

- 3.14.1 A solução deverá estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
- 3.14.2 Deverá haver mecanismos para anonimização e retenção conforme finalidades legais.
- 3.14.3 Nas consultas de extrato as informações pessoais dos recebimentos deverão estar de forma anonimizadas, onde não poderá ser identificado a pessoa.

#### 3.15 Do Suporte Técnico e Atendimento

- 3.15.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de suporte técnico e atendimento ao usuário, contemplando:
- a) Atendimento a incidentes e falhas técnicas:
- b) Esclarecimento de dúvidas operacionais;
- Apoio em integrações e manutenção corretiva.



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

- 3.15.2 O suporte deverá estar disponível em língua portuguesa, com equipe especializada e treinada sobre o funcionamento completo do sistema.
- 3.15.3 Canais de Atendimento
- 3.15.3.1 Os seguintes canais de suporte deverão estar disponíveis:
- a) E-mail institucional (com resposta em até 2 horas úteis);
- b) Telefone com atendimento humano (horário comercial);
- c) Chat online via Web ou ferramenta de ticket;
- d) Plataforma de chamados (Service Desk) com histórico das interações.
- 3.15.4 É obrigatório que o sistema registre e armazene logs de atendimento, com número de protocolo, data, hora, atendente responsável e tempo de resposta.

#### 3.16 Níveis de Suporte (Suporte Multinível)

3.16.1 O suporte deverá ser estruturado conforme os seguintes níveis:

Nível	Descrição		
N1	Atendimento inicial, triagem, dúvidas operacionais, orientações básicas.		
N2	Suporte técnico especializado, correções sistêmicas e análise de falhas.		
N3	Suporte de desenvolvimento, alterações estruturais, falhas críticas		

3.16.2 O redirecionamento entre níveis deverá ser automático, de acordo com a gravidade e complexidade do problema.

#### 3.17 Classificação dos Chamados

3.17.1 A CONTRATADA deverá classificar os chamados conforme o nível de severidade:

Nível de Severidade	Descrição	Prazo de Resposta	Prazo de Solução
Crítico	Sistema indisponível ou bloqueio total	30 minutos	4 horas
Alto	Módulo com falha impeditiva	1 hora	8 horas
Médio	Erros funcionais sem impacto total	4 horas	16 horas
Baixo	Dúvidas, sugestões ou melhorias não urgentes	8 horas	Até 3 dias úteis



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

3.17.2 A CONTRATANTE poderá revisar a classificação do chamado, em caso de divergência de severidade.

#### 3.18 Capacitação e treinamento

- 3.18.1 Esta seção visa assegurar que os usuários da CONTRATANTE estejam plenamente capacitados para operar o sistema com autonomia, segurança e conformidade com os fluxos operacionais.
- 3.18.2 CONTRATADA deverá prover, sem custos adicionais, a capacitação necessária aos usuários indicados pela CONTRATANTE, abrangendo:
- a) Funcionamento geral da plataforma;
- b) Geração, acompanhamento e conciliação de QR Codes via PIX;
- c) Gestão de recebíveis e transferências financeiras;
- d) Utilização dos recursos de segurança, autenticação e relatórios;
- e) Integrações com o sistema comercial e baixas automáticas;
- f) Acesso ao painel de extratos;
- g) Procedimentos de contingência e suporte.

#### 3.19 Formato da Capacitação

- 3.19.1 A capacitação deverá ser realizada em ambiente virtual ou presencial, a critério da CONTRATANTE, com as seguintes características: Modalidade Online (via videoconferência) ou presencial, com carga horária mínima 6 horas, ministrada por técnicos qualificados e familiarizados com a solução, para o quantitativo de até 05 usuários indicados pela CONTRATANTE.
- 3.19.2 Caso solicitado, a CONTRATADA deverá realizar sessões adicionais para capacitação de novos usuários, mediante cronograma acordado.

#### 3.20 Manual do Sistema

- 3.20.1 A CONTRATADA deverá entregar, no momento da implantação, um Manual do Sistema, contendo:
- a) Descrição das funcionalidades;
- b) Procedimentos de operação e configuração;



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

- c) Glossário de termos técnicos e financeiros;
- d) Fluxograma de uso e integração;
- e) Canal para dúvidas e suporte.
- 3.20.2 O manual deverá estar disponível em formato digital (PDF), com atualização sempre que houver alterações relevantes no sistema.

# 4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PRECO

5.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), perfazendo o valor total anual de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais), sendo:

Preço unitário por	Quantidade estimada	Valor total estimado	
recebimento via Pix	de recebimentos/mês	(12 meses)	
R\$ 0,85	4.000	R\$ 40.800,00	

- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, de acordo com o valor unitário descrito no quadro do tópico 5.1.
- 5.4. Para a emissão de todos os documentos fiscais, a Contratada deverá observar a IN RFB nº 2.145/23 e IN RFB nº 1.234/12 com o destaque do imposto de renda a ser retido. As empresas isentas/imunes de retenção do imposto de renda deverão destacar na nota fiscal a norma/legislação que as isenta.



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

- 6.1 O CONTRATADA encaminhará documento com o demonstrativo de cobrança de tarifas de cada mês, <u>até o 5º dia útil do mês seguinte</u>.
- 6.2 O SAAE tem <u>até dez dias úteis, após o envio do demonstrativo</u> <u>referido no item 6.2</u>, para efetuar o pagamento das tarifas pelos serviços prestados no mês anterior.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPASSE DOS VALORES RECEBIDOS

- 7.1 Os créditos liquidados deverão estar disponíveis em tempo real para transferência manual ou automática para conta bancária da CONTRATANTE, sem custo adicional.
- 7.2 A chave PIX cadastrada deverá ser validada como pertencente à CONTRATANTE.
- 7.3 6.9.3 A aplicação deve oferecer recurso para limite de saques diários, estes sendo configurações em limites diurnos e noturnos com requisitos de segurança.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTAMENTO

- 8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contadoda data da assinatura deste Termo.
- 8.1. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CREDENCIANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado apartir dos efeitos financeiros do último reajuste.



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

- 8.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CREDENCIANTE pagará ao CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

# 9. CLÁUSULA NONA - RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 9.1. Observada a matriz de riscos, caso existente, os preços poderão sofrer alteração para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contratoem caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do Contratotal como pactuado, conforme disposto no art. 124, II, d da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante pedido do CONTRATADA.
- 9.2. Para fins do disposto nesta cláusula, deverá o CONTRATADA encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 9.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

ser formulado durante a vigência do Contratoe antes de eventual prorrogação nos termos do <u>art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021</u> e a administração pública terá o prazo de 30 (trinta) dias para responder.

9.4. O valor reequilibrado será alcançado se utilizando da seguinte metodologia:

$$NV = VC + V$$

Onde NV = Novo Valor / VC = Valor Contratado / V = Variação A Variação é encontrada com a seguinte fórmula:

Onde VIDL = Valor do Insumo Depois da Licitação / VIAL = Valor do Insumo Antes da Licitação

9.5. O reestabelecimento do equilibro econômico-financeiro ocorrerá somente sobre os insumos cujos preços sem tornaram inviáveis frente às condições inicialmente pactuadas.

# 10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que não seja repetido.
- 10.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor especialmente designado;
- 10.3. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência;
- 10.4. Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos Documentos de Arrecadação/Cobrança (Faturas de Água e Esgoto);
- 10.5. Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados:
- 10.6. Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

código de barras;

10.7. Remunerar a Contratada pelos serviços efetivamente prestados,

mediante a apresentação de relatórios mensais determinados neste termo;

10.8. Pôr à disposição dos usuários a informação necessária para que estes

possam efetuar seus pagamentos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

11.1 Comunicar formalmente ao SAAE com a maior brevidade possível, a

ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas nos sistemas

e aplicativos, que resultem em descontinuidade dos serviços prestados;

11.2 Fornecer ao SAAE, sempre que solicitados, documentos, certidões

negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciárias ou outras informações

necessárias ao acompanhamento da execução do contrato;

11.3 Disponibilizar central de suporte ou preposto para esclarecimento dedúvidas

quanto a operacionalidade dos sistemas de recebimento de arquivos de retorno

digital e/ou requerimento de arquivos e pagamentos faltantes;

11.4 A Contratada assumirá as responsabilidades por eventuais danos materiais

ou morais causados a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão na

prestação dos serviços, sem nenhuma responsabilidade ao SAAE;

11.5 A Contratada não poderá transferir ou subcontratar, ceder ou subempreitar,

total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes desta

contratação, ressalvada, se necessária e plenamente autorizado pelo SAAE;

11.6 A Contratada deverá receber os valores nas condições constantes na guia

de arrecadação e de acordo com as instruções do SAAE, procedendo os

respectivos acréscimos e/ou descontos deacordo com as orientações expressas

no documento;

11.7 Arrecadar as faturas do SAAE por meio de guias não compensáveis, com

QR Code padrão PIX (BR Code);

11.8 Disponibilizar ao SAAE sistema integrado para baixas automáticas das



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

faturas no sistema comercial utilizado pelo SAAE, em tempo real.

11.9 Possibilitar a transferência dos recursos arrecadados para conta bancária mantida em instituição financeira oficial, a ser indicada pelo SAAE, sem custo adicional, de forma manual e/ou automática;

11.10 Os Créditos deverão estar disponíveis no sistema em tempo real ao pagamento e liquidação via QR CODE – PIX realizada pelo consumidor, sendo aptos à transferência para outra conta previamente cadastrada (mesma titularidade da contratante).

11.11 Encaminhar ao SAAE arquivo eletrônico com o montante arrecadado e as tarifas cobradas pelo serviço prestado de forma detalhada.

11.12 A Contratada não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do usuário, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações, ficando soba responsabilidade do SAAE a cobrança dos encargos das contas pagas com atraso, no mês subsequente.

11.1. Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito.

- 11.2. Apresentar mensalmente ao SAAE documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento de documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços.
- 11.3. Fornecer ao SAAE, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciário, procedimentos de arrecadação, ficando a Instituição Credenciada obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 11.4. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

- 11.5. A Instituição Credenciada deverá enviar ao Setor de Contas e Consumo um documento contendo o quantitativo de tarifas recebidas no mês anterior com o valor bruto a ser pago, o percentual de retenção de imposto de renda, se for o caso, e o valor líquido a pagar, bem como aforma de pagamento, devidamente assinado pelo representante legal, que poderá assinar por meio do Certificado Digital (ICPBrasil), sob pena de sofrer a retenção pelo descumprimento da exigência legal.
- 11.6. Os arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição deverão serdisponíveis no dia seguinte à data do recebimento, bem como reenviados em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitados pela contratante.
- 11.7. Informar os números para contato telefônico bem como os endereços eletrônicos para suporte e atualizá-los sempre que houver modificações.
- 11.8. É vedado a Instituição Credenciada:
- Fornecer a terceiros quaisquer tipos de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste Contrato. Em consequência a Instituição Credenciada se obriga a realizar todos os atos necessário para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.
- Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa da Autarquia.

# 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

# 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, a CONTRATADAque:



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Termo de Credenciamento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas asseguintes sanções:
- 13.2.1 **Advertência**, quando o CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 13.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 13.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem ã imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei n° 14.133, de 2021).

# 13.2.4 **Multa:**

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

- b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9°, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do <u>art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou àempresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 13.11. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

órgão decorrentes deste mesmo Contratoou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CREDENCIANTE.

# 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 14.2. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 14.3. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os <u>arts. 138 e 139</u> da mesma Lei.
- 14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.
- 14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.4.3. Indenizações e multas.
- 14.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

# 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do SAAE de IBIRAÇU/ES, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

130001.1712200172.114 - MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO SAAE, Elemento de Despesa: 33904000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA, Ficha 17.

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, caso haja alteração.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CREDENCIANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

# 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

- 17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts.</u> 124 e seguintes da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>.
- 17.2. A CONTRATADA é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valorinicial atualizado do Termo de Credenciamento.



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

17.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

# 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CREDENCIANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termose condições previstas na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>.

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. Fica eleito o Foro de Ibiraçu/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

# 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 20.1. As partes deverão cumprir a <u>Lei nº 13.709</u>, <u>de 14 de agosto de 2018</u> (<u>LGPD</u>), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do Contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 20.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do <u>art. 6º</u> da LGPD.
- 20.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 20.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADA.
- 20.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do <u>art. 15 da LGPD</u>, é dever do CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do <u>art. 16 da LGPD</u>, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

- 20.6. É dever do CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 20.7. O CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 20.8. O CREDENCIANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 20.9. O CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CREDENCIANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 20.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 20.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 20.11. O Contrat oestá sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 20.12. Os contratos e convênios de que trata o <u>art. 26, §1º da LGPD</u> deverão ser comunicados à autoridade nacional.



Autarquia Municipal Ibiraçu/ES

E, por estarem assim justos e contratados as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para todos os efeitos legais.

Ibiraçu/ES, datado conforme assinaturas abaixo.

# SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE IBIRAÇU/ES CREDENCIANTE

# INOVACAO COMPUTACAO MOVEL LTDA CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:** 

1. 2.